

RECURSO ESPECIAL Nº 1.711.498 - RJ (2017/0300200-3)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
RECORRENTE : FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXERCITO - FHE
ADVOGADOS : LORENA DE CASTRO ABREU E SILVA - RJ140243
DANIEL AYRES KALUME REIS E OUTRO(S) - RJ140279
RECORRIDO : JONAS EVANGELISTA DA SILVA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXERCITO – FHE, com fulcro nas alíneas “a” e “c” do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região assim ementado (e-STJ fl. 95):

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. RAZÕES RECURSAIS REPRODUZEM ARGUMENTAÇÃO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO.

1. Não foi trazido qualquer subsídio pela agravante com capacidade de possibilitar a alteração dos fundamentos da r. decisão impugnada, e, nesses termos, continuam imaculados e impassíveis os argumentos nos quais o entendimento foi firmado, subsistindo em si mesmas as razões assentadas anteriormente.
2. O agravante aduz como razões recursais os mesmos argumentos já expendidos no Agravo de Instrumento e expressamente afastados na decisão que negou seguimento ao mesmo.
3. O decisum agravado foi claro ao externar o entendimento de que não pode ser objeto de constrição, nem de bloqueio, a remuneração ou salário do executado (na verdade, a conta bancária em que recebe a sua remuneração), conforme dispõe o art. 649, IV, do CPC, valendo esclarecer que a simples divergência subjetiva da parte, que discorda do entendimento adotado acima, não justifica a reforma da decisão.
4. Agravo interno conhecido e desprovido.

Embargos de declaração rejeitados (e-STJ fls. 111/117).

Nas suas razões, a parte recorrente aponta, além de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 566, I, 585, II e § 1º, 614, I, II e II, 652, 652-A, 653, 666, II e 738 do CPC/1973 e do art. 21 da Lei n. 1.046/1950.

Sem contrarrazões (e-STJ fl. 154).

Juízo positivo de admissibilidade pelo Tribunal *a quo* (e-STJ fl. 157).

Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre destacar que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça"

(Enunciado Administrativo n. 2 do Plenário do STJ).

Considerado isso, verifico que a irresignação recursal não merece prosperar.

Quanto à alegada contrariedade dos arts. 566, I, 585, II e § 1º, 614, I, II e II, 652, 652-A, 653, 666, II e 738 do CPC/1973, a pretensão recursal não merece prosperar, uma vez que o ora agravante não apontou como o acórdão recorrido teria violado esses dispositivos legais, o que revela a deficiência de sua fundamentação, justificando a incidência da Súmula 284 do STF.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 165, 458 E 515, §1º, E 535, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA N. 284/STF. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. COMPETÊNCIA DO STF. CRÉDITOS RELATIVOS AO EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO SOBRE A ENERGIA ELÉTRICA. CONVERSÃO EM AÇÕES. ABUSO DE DIREITO NÃO CONFIGURADO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA.

[...]

II - A jurisprudência desta Corte considera que, quando a arguição de ofensa ao dispositivo de lei federal é genérica, sem demonstração efetiva da contrariedade, aplica-se, por analogia, o entendimento da Súmula n. 284, do Supremo Tribunal Federal.

[...]

VIII - Agravo Interno improvido.

(AgInt no REsp 1.564.937/SC, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/05/2017, DJe 11/05/2017).

Registre-se que nem a mera referência nem a transcrição do dispositivo supostamente ofendido suprem a deficiência argumentativa do apelo extremo, porquanto cabe ao recorrente mencionar, de forma inequívoca, os motivos pelos quais a interpretação dada pelo acórdão impugnado viola os preceitos legais eventualmente mencionados ou nega-lhes vigência.

Ademais, observo que o conteúdo do art. 21 da Lei n. 1.046/1950 não foi analisado no acórdão recorrido, mesmo após a oposição de embargos de declaração.

Frise-se, a propósito, que a simples oposição dos aclaratórios não supre o requisito do prequestionamento, sendo necessária a interposição de recurso especial por afronta ao art. 535 do CPC/1973, sob pena de perseverar o referido óbice. Essa é a inteligência da Súmula n. 211 do STJ: "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal *a quo*".

Por outro lado, o principal fundamento adotado pelo Tribunal de origem para negar o pedido de desconto em folha de pagamento de que incide a vedação do art. 649, IV, do CPC/1973 não foi especificamente impugnado pelo recorrente, o que atrai a aplicação do óbice de conhecimento estampado na Súmula 283 do STF.

A propósito:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO CPC.

1. A ausência de impugnação de fundamento central do acórdão recorrido, o qual é suficiente para mantê-lo, dá azo ao não conhecimento do recurso. Inteligência da Súmula 283 do STF.

2. Recurso que se mostra manifestamente inadmissível, a ensejar a aplicação da multa prevista no artigo 1.021, § 4º, do CPC, no percentual de 1% sobre o valor atualizado da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito da respectiva quantia, nos termos do § 5º do citado artigo de lei.

3. Agravo interno não conhecido, com aplicação de multa. (AgInt no MS 22.589/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 05/10/2016, DJe 21/10/2016).

Por fim, resta prejudicada a análise da divergência jurisprudencial quando a tese sustentada esbarra em óbice sumular quando do exame do recurso especial pela alínea "a" do permissivo constitucional (AgRg no AREsp 278.133/RJ, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/09/2014, DJe 24/09/2014).

Ante o exposto, com base no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator